

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO

Recebemos da CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, cópia do Edital de **Pregão Eletrônico nº19/08** referente à contratação de pessoa jurídica especializada em telemarketing para prestação de serviços de orientação ao investidor, através da instalação e operação de uma central de atendimento.

EMPRESA _____

CNPJ _____

NOME DO RESPONSÁVEL _____

ENDEREÇO _____

TELEFONE _____

FAX _____

E-MAIL _____

NOME _____

ASSINATURA _____

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

OBS.: Os campos acima devem ser preenchidos em letra de forma. É indispensável o preenchimento do CNPJ.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-6580
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/08

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em telemarketing, para prestação de serviços de orientação ao investidor, através de instalação e operação de uma central de atendimento.

ÁREA RESPONSÁVEL: Superintendência Administrativo-Financeira (SAD) / Gerência de Compras e de Serviços Gerais (GAG)/ Superintendência de Proteção e Orientação a Investidores (SOI).

TIPO DE LICITAÇÃO: **MENOR PREÇO ANUAL.**

HORÁRIO: (de Brasília)

➤ **Encaminhamento da proposta de preços e anexos: até às 11:00 horas do dia 03/10/2008.**

➤ **Abertura da sessão: a partir das 11:00 horas do dia 03/10/2008.**

LOCAL: <http://www.comprasnet.gov.br>

REGULAMENTAÇÃO BÁSICA: Lei 10.520, de 17/07/02; Instrução Normativa nº 05 do MARE, de 21.07.95, e suas alterações posteriores; Decreto nº 3.722, de 09.01.2001; Decreto nº 5.450 de 31.05.2005; Decreto nº 3555, de 08/08/2000; Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores (subsidiariamente).

E D I T A L

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **Portaria CVM/PTE/nº 144, de 04/12/07**, realizarão, no dia, horário e local acima indicados, o **Pregão Eletrônico nº 10/08**, em obediência aos termos dos dispositivos legais e às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, disposto a seguir:

- a) ANEXO I - Minuta de Contrato;
- b) ANEXO II - Modelo para apresentação de proposta e planilha de formação de preços;
- c) ANEXO III - Declaração consoante o inciso XXXIII, art.7º da Constituição Federal/1988 e o inciso XVIII do art 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
- d) ANEXO IV - Termo de Referência – Projeto Básico;

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de telemarketing, para prestação de serviços de orientação ao Investidor, através da instalação e operação de uma central de atendimento, incluindo o fornecimento de equipamentos, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência – anexo V deste edital.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1-A empresa contratada deverá iniciar a prestação dos serviços a partir do dia 01/12/2008, de acordo com as especificações, infra-estrutura e recursos humanos dispostos no termo de referência – Projeto Básico (anexo IV deste edital).

3. DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do certame as pessoas jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado; devidamente identificadas pela sua chave de identificação e da senha de acesso privativa, conforme normas do provedor do sistema eletrônico.
- 3.2. Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.3. Estarão impedidas de participar da presente licitação:
 - a - A licitante cuja falência ou insolvência civil tenha sido decretada judicialmente ou que estejam em gozo de benefício da concordata ou que tenham requerido recuperação judicial, ainda não encerrada, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101, de 9.2.2005;
 - b - A licitante que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal;
 - c - A licitante que tenha prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços;
 - d - A empresa constituída em forma de consórcio;
 - e - A licitante da qual seja sócio, cooperado, dirigente ou responsável técnico, servidor da CVM;
 - f - A licitante que esteja cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar;
 - g - Cooperativas;
- 3.4. O C.N.P.J. apresentado pela licitante para sua habilitação será, obrigatoriamente, o mesmo a receber a Nota de Empenho e da assinatura do Contrato, a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondentes à aquisição e aos serviços, bem como alvo da liquidação da despesa.
- 3.5. A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos

compromissos assumidos (art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

- 3.6. Qualquer pessoa, seja ela jurídica ou física, poderá acompanhar o desenvolvimento do pregão eletrônico, em tempo real, por meio do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.
- 4.2. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado, com habilitação parcial, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (Art. 3º, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).
- 4.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1. A licitante deverá encaminhar sua proposta, após a divulgação do edital no sítio www.comprasnet.gov.br, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art. 21º, do Decreto nº 5.450/05);
- 5.2. O encaminhamento da proposta dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante (Art. 21º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;
- 5.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Art. 3º, § 5º, Decreto nº 5.450/05).
- 5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13º, inciso V, Decreto nº 5.450).
- 5.6. A licitante vencedora deverá apresentar, após a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, no prazo determinado pelo pregoeiro, sua proposta de preços por escrito, na forma do

ANEXO II. Suas folhas devem ser rubricadas e numeradas, e a última datada e assinada pelo seu representante legal, devendo constar:

- 5.6.1- Nome do proponente, endereço, número de telefone e/ou fax, CEP, suas características, identificação (individual ou social), aposição do carimbo padronizado do CNPJ da empresa e a inscrição Estadual e/ou Municipal ou do Distrito Federal, substituível pelo papel timbrado, com estas informações;
 - 5.6.2- Planilha de Formação de Preços, devidamente preenchida, contendo os preços mensais dos serviços detalhando todos os elementos que influenciem no seu custo total, conforme planilhas modelo contidas no **Anexo III** deste Edital;
 - 5.6.3- Os preços mensais dos serviços deverão consignar, obrigatoriamente, detalhamento dos elementos que formam o seu preço final, valor unitário e total, obrigatoriamente na forma do estabelecido no **Anexo III**, destacando-se os adicionais legais e cabíveis. Os encargos sociais e trabalhistas deverão ser especificados com seus respectivos percentuais e valor total, conforme o anexo fornecido.
 - 5.6.4- O valor da proposta, limitado a 2 casas decimais, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;
 - 5.6.5- Conter o prazo de validade dos preços (mínimo de 60 dias corridos), a contar da data do encaminhamento, via sistema, da proposta (Art. 27, § 4º do Decreto nº 5.450/05);
 - 5.6.6- Conter o nome do banco com o qual a licitante opera, o número e nome da agência e respectiva conta-corrente. A fim de agilizar o pagamento, é conveniente a indicação de uma das agências do Banco do Brasil S.A.;
 - 5.6.7- Conter o **último preço oferecido** relativo ao objeto licitado, incluindo todas as despesas legais ou adicionais, previstas neste Edital e seus Anexos, em reais (em algarismo e por extenso).
- 5.7- Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear quaisquer alterações dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou de qualquer outro pretexto;
- 5.8- Não serão consideradas propostas com alternativas, as licitantes devem se limitar às especificações deste Edital.
- 5.9- Os valores estimados para a contratação constam do Termo de Referência (**ANEXO V**).
- 5.10- Na hipótese de se verificar incoerência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o mais vantajoso para a CVM; entre o valor por extenso e o numérico, prevalecerá o por extenso;
- 5.11- A simples participação neste certame implica:
- 5.11-A. A aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão Eletrônico;
 - 5.11-B. A inclusão na proposta das parcelas de quaisquer naturezas, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço dos serviços, exceto os tributos vigentes, os quais poderão ser informados separadamente;
 - 5.11-C. Que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data estipulada para sua entrega, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta.
- 5.12- Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

5.13-Até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá pedir esclarecimentos ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através dos endereços eletrônicos pregoeiro@cvm.gov.br ou marcelor@cvm.gov.br.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1- A partir da data e horário previsto no edital, terá início a sessão pública do presente Pregão, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas (art. 22, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.2- O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital (Art. 22, §2º, do Decreto nº 5.450/05);
- 6.3- Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances (**VALOR ANUAL**) exclusivamente por meio de sistema eletrônico;
- 6.4- No que se refere aos lances, as licitantes serão imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (Art. 24, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.5- As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no edital (Art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.6- As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema (Art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.7- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (Art. 24, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.8- Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance (Art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.9- No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados (Art. 24, § 10º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.10- Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no sítio www.comprasnet.gov.br (Art. 24, § 11, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.11- A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro (Art. 24, § 6º, do Decreto 5.450/05).
- 6.12- O sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (Art. 24, § 7º, do Decreto 5.450/05).
- 6.13- Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtida proposta melhor, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (Art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/05).

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1- Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital (Art. 25, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.2- Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito (art. 4º, inciso XI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 7.3- Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO ANUAL**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital (art. 4º, X da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 7.4- Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame (art. 4º, XVI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c art. 25, § 5º do Decreto nº 5.450/05).
- 7.5- A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da sessão pública (Art. 30, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1- Sendo aceitável a proposta de menor preço global, a respectiva licitante deverá comprovar, desde logo, que cumpre todas as exigências de habilitação exigidas neste Edital, podendo tal comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação através do **Fax (21) 3554-8475**, com o posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas (Art. 25, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 8.2- As licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:
 - I- Possuir registro **cadastral atualizado e habilitado parcialmente** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. A regularidade da documentação é verificada automaticamente no sistema. No caso da impossibilidade de consulta ao SICAF, e/ou aos sítios oficiais da Fazenda Nacional, Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; o pregoeiro poderá solicitar o envio, através do **Fax (21) 3554-8475**, de documentos que comprovem a regularidade fiscal.
 - II- Apresentar declaração de que a licitante cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme modelo

(ANEXO II) fornecido pela CVM (art. 14, inciso VI, do Decreto nº 5.450/05). Tal declaração poderá ser enviada através do **Fax (21) 3554-8475** com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

- III- Original ou cópia autenticada de 01 (um) atestado de desempenho, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante prestou ou está prestando, sem qualquer restrição, serviços de natureza semelhante aos ora licitados, devidamente registrado no Conselho da Classe, (atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – art. 30, II da Lei nº 8.666/93). O atestado deverá conter além do nome da atestante, seu endereço e telefone. O atestado poderá ser enviado através do **fax nº (21) 3554-8475**, com posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
 - IV- Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos mencionados capítulo, nem cópias ilegíveis, mesmo que autenticadas.
- 8.3- Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante, será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame (Art. 25, § 9º do Decreto nº 5.450/05).
- 8.4- A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação pertinente (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 9.1- Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no endereço pregoeiro@cvm.gov.br (Art. 19 do Decreto nº 5.450/05).
- 9.2- Até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica (Art. 18, caput, do Decreto nº 5.450/05). A impugnação deverá ser encaminhada via Internet para os endereços [Pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br) ou marcelor@cvm.gov.br.
- 9.3- Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (Art. 18, § 1º do Decreto nº 5.450/05).
- 9.4- Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (Art. 18, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

10. DO RECURSO

- 10.1- A manifestação de interpor recurso, por item, será feita após a declaração do vencedor, durante a sessão pública, exclusivamente pelo sistema.
- 10.1-A. As razões recursais deverão ser feitas, exclusivamente pelo sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, devendo ser dirigidas ao Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM, por intermédio do Pregoeiro. (art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).

- 10.1-B. A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor (Art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 10.2- As demais licitantes poderão apresentar contra-razões recursais na mesma forma do subitem 10.1.A acima, em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo da recorrente (Art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 10.3- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (Art. 4º, XIX da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, c/c Art. 26, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 10.4- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação (Art. 4º, XXI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c Art. 27 do Decreto nº 5.450/05).
- 10.5- É assegurada às licitantes vista imediata aos autos do processo do presente Pregão Eletrônico, tendo em vista subsidiar a preparação das razões e contra-razões recursais.
- 10.6-** Não serão conhecidos os recursos cujas razões/contra-razões recursais sejam enviadas fora do respectivo prazo legal, bem como as encaminhadas por fax.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1- O pagamento será efetuado mensalmente, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, mediante depósito na conta-corrente da CONTRATADA, devendo os Títulos permanecerem em carteira, não sendo admitido pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a CONTRATADA ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Edital.
- 11.2- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores).
- 11.3- A fatura não apresentada corretamente será devolvida à CONTRATADA para acerto. Nesta situação, o prazo estabelecido no subitem 11.1 acima, passará a ser contado da data de recebimento da fatura devidamente regularizada.
- 11.4- O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do subitem 8.8 da I.N. MARE Nº 05/95.
- 11.5- As faturas para pagamento deverão, ainda, vir acompanhadas dos seguintes documentos:
- a) GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social) correspondente aos funcionários, autenticada pela autoridade competente, comprovando o respectivo recolhimento;
 - b) Comprovante de pagamento dos salários do mês anterior (folha de pagamento), autenticado em cartório competente;
 - c) Relação de frequência do funcionário (folha de ponto), com relação das faltas;

- d) Comprovante de pagamento dos auxílios alimentação e transporte, autenticado em cartório competente.
 - e) Comprovante das ligações atendidas.
 - f) Fatura da correspondente conta telefônica (0800), já quitada, cabendo a CVM efetuar o reembolso do valor pago à operadora de telefonia
- 11.6- As documentações do item 11.5, subitens “a”, “b” e “c” será a do mês imediatamente anterior ao mês de faturamento, sendo que ao final do contrato deverão, ainda, ser acrescentada a do mês faturado.
- 11.7- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM=I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;
 N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
 VP = Valor da parcela em atraso;
 I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

12. DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1- As despesas correrão à conta da Natureza de Despesa 339039 e 339093- Programa de Trabalho 04.123.0778.2205.0001.

13. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

- 13.1- Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação (artigo 37 da I.N. MPOG nº 02/08).
- 13.2- A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de custos e formação de preços apresentada pela CONTRATADA quando da licitação (artigo 40 da I.N. MPOG nº 02/08).

14. DO CONTRATO

- 14.1- Independente de transcrição, farão parte do Contrato a ser celebrado:
- a) A proposta da licitante vencedora e seus respectivos anexos;
 - b) O presente Edital e seus anexos;

c) A Nota de Empenho que poderá ser incluída no contrato por apostilamento.

- 14.2- A ADJUDICATÁRIA deverá assinar o contrato em 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo aviso. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela CVM (Art. 64, *caput* e § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 14.3- Decorridos 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, sem convocação para a retirada da respectiva nota de empenho, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos (Art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 14.4- Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observada a possibilidade de negociação (art. 27, § 3º do Decreto nº 5450/05).
- 14.5- Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais (art.28, *caput*, do Decreto nº 5450/05).
- 14.6- Conforme **ANEXO II**, será firmado contrato com a licitante vencedora.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1- A CONTRATADA se obriga a:

- a) Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93);
- c) Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;
- d) Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais à Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG);

- e) Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, e durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93).
- f) Realizar os serviços para os quais foi contratada dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- g) Selecionar o pessoal necessário à execução dos serviços, observando as exigências legais para o exercício da profissão;
- h) Providenciar, por conta própria, o treinamento de seu pessoal;
- i) Efetuar, sempre que exigido pela CVM, o afastamento do empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços;
- j) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais e/ou pessoais, causados por seus empregados, à CVM ou a terceiros;
- k) Comunicar à CVM o nome e endereço dos empregados que trabalharão junto a esta Autarquia;
- l) implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz;
- m) Os empregados selecionados pela contratada deverão atender todos os requisitos presentes no anexo V deste edital. Caso a pessoa apresentada pela contratada, ao início da contratação não preencha todas as exigências dispostas no edital, a critério da CVM, poderá a CVM rescindir o contrato, uma vez que a CVM não pode arcar com a descontinuidade ou paralisação de determinado serviço.
- n) Os profissionais designados para a prestação dos serviços terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a Contratada, que será também a responsável pelo pagamento de salários e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor;
- o) responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CVM;

- p) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CVM;
- q) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CVM;
- r) indicar representante pertencente aos quadros da CONTRATADA para manter contato com a CVM para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome e telefone de contato;
- s) Na impossibilidade de substituição do empregado a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada no faturamento do mês subsequente ao da ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades dispostas no Artigo 87, da Lei nº 8.666/93;

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CVM

- 16.1- A CVM se obriga a proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas do Contrato.

17. DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1- A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo Superintendente de Proteção e Orientação aos Investidores (SOI), doravante designado FISCAL, sendo seu substituto eventual designado FISCAL SUBSTITUTO, em caso de afastamento da FISCAL, devidamente credenciados pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do contrato, e de tudo dará ciência à CVM, conforme art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.
- 17.2- O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93).
- 17.3- A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o Contrato (art. 76 da Lei nº 8.666/93).

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 18.1- O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo e emissão de nota de empenho,

por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

19. DAS PENALIDADES

- 19.1- Na hipótese da licitante vencedora desistir expressamente desta licitação, ou não assinar o Contrato no prazo previsto neste Edital, estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da sua proposta (art. 64 da Lei nº 8.666/93).
- 19.2- Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:
- a) Advertência;
 - b) Multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 19.3- As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 19.4- O não cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato acarretará à Contratada, independentemente das sanções previstas no item 19.2, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato (art. 86 da Lei nº 8.666/93).
- 19.5- A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86, §1º da Lei nº 8.666/93).
- 19.6- Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.
- 19.7- Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inc. XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

19.8- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato (art. 14, § único do Decreto nº 3.555/00).

20. DA RESCISÃO

20.1- A inexecução parcial ou total do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

20.1.1- A rescisão do Contrato poderá ser:

- I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incs. I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou
- III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

20.2- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

21. DO DIREITO DE PETIÇÃO

21.1- Dos atos da Administração cabem:

I. Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:

- a. anulação ou revogação da licitação;
- b. rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93.
- c. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II. Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

21.2- A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a" e "b" acima, excluídos os relativos à advertência e multa, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União (art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º Lei 10.520, de 17/07/02).

21.3- A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva (art. 109, §2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

21.4- Os recursos deverão ser entregues, contra recibo, **na Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG), localizada na Rua Sete de Setembro nº 111, 28º andar, no Centro – Rio de Janeiro – RJ**, devendo ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido e, sob pena de preclusão, interpostos no prazo de

05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato (art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

21.5- Interposto o recurso, a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente informada, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (art.109, § 4º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

21.6- Interposto o recurso por uma das licitantes, o fato será comunicado às demais que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência (art. 109,§ 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1- A relação da CONTRATADA com a CVM restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.

22.2- A CVM poderá, a seu critério exclusivo, de acordo com o artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, reduzir ou aumentar a quantidade do objeto licitado desde que não ultrapasse a 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3- O Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado (art. 29 do Decreto nº 5450/05).

22.4- Caso constatada ilegalidade no procedimento, o Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM deverá anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes o direito a qualquer reclamação ou indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato (art. 29 § 2º do Decreto nº 5.450/05).

22.5- No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 49,§ 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

22.6- O pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e que desabonem a sua idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa (art. 43, § 5º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

22.7- É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório (art. 43,§ 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

22.8- Na apresentação das propostas, simples omissão ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro, desde que não causem prejuízos à Administração.

- 22.9- A apresentação da proposta implica, tacitamente, inteira submissão às condições estabelecidas na legislação pertinente, aos termos deste Edital, bem como aos regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis.
- 22.10- Na contagem dos prazos estabelecidos nesta licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (art. 110 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 22.11- Havendo indícios de conluio entre as licitantes, a CVM comunicará os fatos apurados à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça (ou a quem de direito) para a adoção das medidas cabíveis.
- 22.12- Para dirimir as questões decorrentes do Contrato resultante desta licitação, será eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93).
- 22.13- Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente, e em conformidade com as demais normas que regem a matéria.

Rio de Janeiro, de de 2008.

Márcio de Barros Maia
GERENTE DE COMPRAS E DE SERVIÇOS GERAIS

ANEXO I

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-6580

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/08

CONTRATO Nº /08

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO QUE ENTRE SI FAZEM A CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

.....

A **CVM - Comissão de Valores Mobiliários**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede na Rua Sete de Setembro, 111 - 28º andar - Centro - Rio de Janeiro (CEP: 20.159-900), inscrita no CNPJ sob o nº 29.507.878/0001-08, neste ato representada, com base na delegação de competência conferida pela Portaria/CVM/PTE/nº 118, de 15 de dezembro de 1992, pelo Superintendente Administrativo-Financeiro, Sr. Hamilton Leal Braz, doravante denominada **CVM**, e, estabelecida à, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo, têm justo e acordado o presente contrato, o qual se regerá pela Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelas Instruções Normativas do MARE nº 05/95 e 18/97, e pelas cláusulas e condições a seguir especificadas e do qual ficam fazendo parte para todos os efeitos de direito, como se aqui transcritos fossem, os seguintes documentos:

- a) Processo de Compras nº RJ-2008-6580 – Edital de Pregão nº 19/08 e seus Anexos;
- b) Proposta da CONTRATADA, emitida em
- a) Nota de Empenho – 2008NE..... que poderá ser incluída por apostilamento.

Cláusula Primeira - DO OBJETO

- 1.1 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada em telemarketing, para prestação de serviços de orientação ao investidor, através da instalação e operação de uma central de atendimento.

Cláusula Segunda – DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 2.1- A empresa contratada deverá iniciar a prestação dos serviços a partir do dia 01/12/2008, conforme especificações, infra-estrutura e recursos humanos dispostos no Termo de Referência, anexo IV do edital, parte integrante deste contrato.

Cláusula Terceira - DO PREÇO

- 3.1 - A CVM pagará mensalmente à contratada o valor de R\$ (.....).

Cláusula Quarta – DO PAGAMENTO E DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

- 4.1- O pagamento será efetuado mensalmente, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, mediante depósito na conta-corrente da CONTRATADA, devendo os Títulos permanecerem em carteira, não sendo admitido pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a CONTRATADA ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Contrato.
- 4.2 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores).
- 4.3 - A fatura não apresentada corretamente será devolvida à CONTRATADA para acerto. Nesta situação, o prazo estabelecido no subitem 4.1 acima, passará a ser contado da data de recebimento da fatura devidamente regularizada.
- 4.4 - O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do subitem 8.8 da I.N. MARE Nº 05/95.
- 4.5 - As faturas para pagamento deverão, ainda, vir acompanhadas dos seguintes documentos:
- A- GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social) correspondente aos funcionários, autenticada pela autoridade competente, comprovando o respectivo recolhimento;
 - B- comprovante de pagamento dos salários do mês anterior (folha de pagamento), autenticado em cartório competente;
 - C- Relação de frequência do funcionário (folha de ponto), com relação das faltas;
 - D- Comprovante de pagamento dos auxílios alimentação e transporte, autenticado em cartório competente.
 - E- Comprovante das ligações atendidas.

- F- Fatura da correspondente conta telefônica (0800), já quitada, cabendo a CVM efetuar o reembolso do valor pago à operadora de telefonia
- 4.6- As documentações do item 4.5, subitens “A”, “B” e “C” será a do mês imediatamente anterior ao mês de faturamento, sendo que ao final do contrato deverão ainda, ser acrescentadas as do mês faturado.
- 4.7- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM=I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

- 4.8 - Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação (artigo 37 da I.N. MPOG nº 02/08).
- 4.9 - A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de custos e formação de preços apresentada pela CONTRATADA quando da licitação (artigo 40 da I.N. MPOG nº 02/08).

Cláusula Quinta - DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1- As despesas correrão à conta da Natureza de Despesa 339039 e 339093 – Programa de Trabalho 04.123.0778.2205.0001, Nota de Empenho nº 2008NEXXXXXX.

Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1- A CONTRATADA se obriga a, além das responsabilidades resultantes da Lei 8.666/93:
- Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem

vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93);

- c) Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;
- d) Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais à Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG);
- e) Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, e durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93).
- f) Realizar os serviços para os quais foi contratada dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- g) Selecionar o pessoal necessário à execução dos serviços, observando as exigências legais para o exercício da profissão;
- h) Providenciar, por conta própria, o treinamento de seu pessoal;
- i) Efetuar, sempre que exigido pela CVM, o afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços;
- j) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais e/ou pessoais, causados por seus empregados, à CVM ou a terceiros;
- k) Comunicar à CVM o nome e endereço dos empregados que trabalharão junto a esta Autarquia;
- l) implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz;
- m) Os empregados selecionados pela contratada deverão atender todos os requisitos presentes no Termo de referência, anexo V do edital. integrante deste contrato. Caso as pessoas apresentadas pela contratada, ao início da contratação não preencham todas as exigências dispostas no edital, a critério da CVM, poderá a CVM rescindir o contrato, uma vez que a CVM não pode arcar com a descontinuidade ou paralisação de determinado serviço.
- n) Os profissionais designados para a prestação dos serviços terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a Contratada, que será também a responsável pelo

pagamento de salários e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor;

- o) responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CVM;
- p) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CVM;
- q) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CVM;
- r) indicar representante pertencente aos quadros da CONTRATADA para manter contato com a CVM para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome e telefone de contato;
- s) Na impossibilidade de substituição do empregado a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada no faturamento do mês subsequente ao da ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades dispostas no Artigo 87, da Lei nº 8.666/93;

Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DA CVM

- 7.1- A CVM se obriga a proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas deste Contrato.

Cláusula Oitava - DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1 - A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pela Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores (SOI), doravante designado FISCAL, sendo seu substituto eventual designado FISCAL SUBSTITUTO, em caso de afastamento da FISCAL, devidamente credenciados pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do contrato, e de tudo dará ciência à CVM, conforme art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.
- 8.2 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93).
- 8.3 - A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o Contrato (art. 76 da Lei nº 8.666/93).

Cláusula Nona - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1- O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo e emissão de nota de empenho, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima - DAS PENALIDADES

10.1- Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

10.1.1- As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.2 - O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato acarretará à Contratada, independentemente das sanções previstas no item 10.1, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato (art. 86 da Lei nº 8.666/93).

10.2.1- A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86, §1º da Lei nº 8.666/93).

10.3- Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a CONTRATADA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.

Cláusula Décima primeira – DA RESCISÃO

- 11.1- A inexecução parcial ou total do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 11.2- A rescisão do Contrato poderá ser:
- I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
 - II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou
 - III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 11.3- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

Cláusula Décima segunda - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 12.1 - É vedado à CONTRATADA:
- a) caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
 - b) ceder ou transferir a terceiros o Contrato e os direitos e obrigações dele decorrentes, salvo com prévia anuência da CVM;
 - c) interromper unilateralmente o serviço sob alegação de inadimplemento por parte da CVM;
 - d) publicar quaisquer relatórios, entrevistas, detalhes ou informações sobre este Contrato, bem como seu andamento, sem o prévio consentimento da CVM.
- 12.2 - A relação da CONTRATADA com a CVM restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica, isto é, os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CVM, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.
- 12.3- Para dirimir as questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, renunciando as partes a qualquer outro a que, porventura, tenham ou possam vir a ter direito, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93).

12.4- Os casos omissos serão decididos pela Gerência de Compras e de Serviços Gerais, à luz da legislação vigente, ouvida a Procuradoria Jurídica da CVM.

E, por estarem de comum acordo com todas as Cláusulas, firmam o presente instrumento contratual, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Rio de Janeiro, de de 2008.

Hamilton Leal Braz
Superintendente Administrativo-Financeiro

Pela Contratada

ANEXO II

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-6580 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/08

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Rio de Janeiro,.....de.....de 2008

À
Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta referente ao **PREGÃO Nº 19/08**, cujo objeto é a contratação da pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de desenhista ilustrador nas dependências da Sede da CVM, no Rio de Janeiro.

EMPRESA:

ENDEREÇO:

NOME PARA CONTATO:

FONE:

FAX:

NOME DO BANCO:

Nº DO BANCO:

NOME DA AGÊNCIA:

Nº DA AGÊNCIA

CONTA CORRENTE Nº

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do **PREGÃO nº 19/08**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dele fazem parte. Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

CARIMBO PADRONIZADO DO CNPJ



Assinatura

NOME :

CARGO:

RG :

C.P.F.:

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

OBS: Apresentar planilha de custos e formação de preços para prestação de serviços de desenhista ilustrador.

PLANILHA DE CUSTOS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nota: essa planilha deverá ser adaptada às características do serviço contratado, no que couber.

Nº Processo	
Licitação	

Dia ____/____/____ às ____:____ horas. Discriminação dos serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta
B	UF
C	Ano acordo, convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo.
D	Tipo de serviço
E	Unidade medida
F	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
G	Nº de meses de execução contratual

Mão-de-obra

Módulo de mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dimensionamento da mão-de-obra empregada

1	Quantidade de funcionários necessários para a execução dos serviços
---	---

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra

2	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)
4	Data base da categoria

Nota: Deverão ser informados os valores unitários por empregado.

I	Remuneração		valor (R\$)
A	Salário		
B	Hora Extra		
C	Adicional Noturno		
D	Adicional Periculosidade	%	
E	Adicional Insalubridade		
F	outros (especificar)		
	Total de remuneração		

II	Encargos Sociais e Trabalhistas	%	Valor (R\$)
	Total de Encargos Sociais e trabalhistas	%	

Nota: Percentual aplicado sobre o valor total da remuneração. O detalhamento consta no Quadro de Encargos Sociais e Trabalhistas (Anexo IV-C), e a identificação dos percentuais é feita a partir da Metodologia para Apuração de Encargos Sociais e Trabalhistas.

III	Insumos de mão-de-obra		Valor (R\$)
A	Transporte	(*)	
B	Auxílio Alimentação (Vales, cesta básica etc.	(*)	
C	Uniformes/ equipamentos	(*)	
D	Assistência médica		
E	Seguro de vida		
F	Treinamento/ Capacitação/ Reciclagem		
G	Auxílio Funeral		
H	Outros (especificar)		
	Total de Insumos de mão-de-obra		

Nota (*): o valor a ser informado deverá considerar o valor descontado do empregado conf. legislação

Quadro Resumo da Remuneração da Mão-de-obra

	Mão-de-obra vinculada à execução contatual (valor por empregado)		Valor unit. (R\$)
I	Remuneração		
A	Encargos Sociais	%	
B	Insumos de M.O		
C	Subtotal Mão-de-obra Principal		

E	Reserva técnica	%	
	Total de mão-de-obra		

Nota: o valor da reserva técnica é obtido multiplicando-se o percentual sobre o subtotal da mão-de-obra principal.

II	Valor mensal da Mão-de-obra para prestação de serviços com menor nº de dias de execução contratual na semana (quando for o caso)	
Variáveis:		Resultado da fórmula:
A	S = NÚMERO DE SEMANAS POR MÊS =(dias no ano ÷ meses no ano)÷dias na semana)	4,345
	S =(dias no ano ÷ meses anos) dias na semana	
B	NT = NÚMERO DE DIAS DE TRABALHO DO EMPREGADO POR SEMANA	=
C	DM = DIAS DE TRABALHO /MÊS (jornada de trabalho mensal do empregado)	
	DM = NT X S	
D	VD = VALOR/ DIA DE TRABALHO VD = Valor total dea mão-de-obra DM	(R\$)
E	N = NÚMERO DE DIAS POR SEMANA para execução dos serviços	
	Total Mão-de-obra c/menor nº de dias na semana (quando for o caso) VM = VD X N X S	R\$

Quadro Resumo - Valor Mensal da Mão-de-obra

III	Valor Mensal Total ref. Mão-de-obra vinculada à execução contratual	(R\$)
-----	---	-------

	Quantidade de empregados necessários para a execução dos serviços	
	Valor total de Mão-de-obra vinculada à execução contratual = F x 1 (quando jornada de execução do serviço é igual a jornada de trabalho) ou G x 1 (quando jornada de execução do serviço é menor que a jornada de trabalho)	

Demais custos

Módulo: Insumos Diversos

	Insumos Diversos	Valor
A*	Custos fixos (ref. disponibilização de Maq./Equip /utensílios entre outros)	
	- Disponibilização (bens/equipamentos)	
	- outros (especificar)	
	Subtotal A	
B**	Custos variáveis (itens calculados c/ base na estimativa total mensal)	
	- materiais	
	- outros (especificar)	
	Subtotal B	
	Total de Insumos diversos (subtotal A+B)	

Nota 1:

Os valores para preenchimento em Insumos diversos serão definidos em função da estimativa total definida para contratação (total/ mês, hora, etc.).

Nota 2:

* Detalhar os custos de A. Exemplos: Disponibilização ou depreciação (bem/ equipamento); legais (Licenciamento, emplacamento, IPVA, seg. obrig.; Seguro (discriminar); outros **
 Detalhar os Custos de B. Exemplo: Peças, acessórios, materiais de manut.;

Material (combustível /toner/ papel);
 outros

Módulo: Demais componentes

	Demais componentes	%	Valor
A	Despesas operacionais / administrativas		
B	Lucro		
	Total de demais componentes		

Nota: O valor referente a despesas operacional/ administrativas é obtido aplicando-se o percentual sobre todos os itens calculados anteriormente: mão-de-obra + Insumos diversos.

Nota: O valor referente a Lucro é obtido aplicando-se o percentual sobre todos os itens calculados anteriormente: mão-de-obra + Insumos diversos + despesas operacionais /administrativas.

Módulo: Tributos

	Tributos	%	Valor
A	Tributos Federais (especificar)		
B	Tributos Estaduais/ Municipais (especificar)		
C	Outros tributos (especificar)		
	Total de Tributos		

Nota: O valor referente a Tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Resumo - Valor mensal do serviço

	Valor Mensal total ref. Mão-de-obra vinculada á execução contratual	
	Unid/ elementos	Valor
A	MÃO-DE-OBRA (VINCULADA À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS)	
B	INSUMOS DIVERSOS (MAT/MAQ./EQUIP.)	
C	DEMAIS COMPONENTES	
D	TRIBUTOS	

E	VALOR MENSAL DO SERVIÇO	
F	VALOR POR UNIDADE DE MEDIDA (vmp / produtividade)	
G	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (valor mensal serv. X nº meses de exec. Contratual)	

QUADRO COM DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS	%
A1 - Previdência Social	
A2 - F.G.T.S e Contribuição Social	
A3 - Salário Educação	
A4 - SESI / SESC	
A5 - SENAI / SENAC	
A6 – INCRA	
A7 - Seguro acidente de trabalho (baixo, médio ou alto)	
A8 - SEBRAE	
Total do GRUPO A	
GRUPO B - Tempo não trabalhado IIA +IIB (férias + aus.)	
B1- Férias	
B2- Auxílio Enfermidade	
B3 - Licença - Paternidade	
B4 - Falta Legais	
B5 – Acidente de trabalho	
B6 - Aviso Prévio trabalhado	
Total GRUPO B	
GRUPO C - gratificações	
C1 - Adicional 1/3 férias	
C2 - 13º Salário	
Total GRUPO C	
GRUPO D - Indenizações	
D1 - Dem.s/justa causa (Ind.Compensatória) + Contrib.Social	
D2 - Aviso prévio ind. + (13º + férias+ adic. 1/3 ind.)	
D3 - Indenização adicional	
D4 - FGTS s/ aviso prévio indeniz. + 13º indeniz.	
Total do GRUPO D	
GRUPO E - Incidência Cumulativa	
E1 - Incid. Cum. GRUPO A X GRUPO B	
E2 - Incid. Cum. GRUPO A X GRUPO C	
E3 - Incid. Cum. GRUPO A X GRUPO TCP	
E4 - Incid. Cum. GRUPO C X GRUPO B	
E5 - Incid. Cum. GRUPO A X (GRUPO C X GRUPO B)	

E6 - Incid. Cum. GRUPO D X (GRUPO B + TCP)	
Total do GRUPO E	
TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS	

OBSERVAÇÕES:

- 1) Os itens integrantes da Planilha de Custos e Formação de Preços não são critérios de adjudicação do certame licitatório. Estes itens integram a composição de preços, instrumentalizando a Administração quanto à formação do valor dos serviços a serem contratados.
- 2) Custos diretos referem-se aos custos necessários à disponibilização dos serviços que serão prestados e representam todo o gasto envolvido na execução do serviço, perfeitamente caracterizado, identificado e quantificado de forma a poder ser diretamente apropriado, como custo de fase específica do serviço.
- 3) Para efeito de cálculo, integram o custo direto: a mão-de-obra (remuneração, reserva técnica, encargos sociais), bem como os insumos (uniformes, vale-alimentação, vale-transporte, seguro de vida, equipamentos, treinamento/reciclagem de pessoal, e demais benefícios que efetivamente forem oferecidos aos empregados).
- 4) As despesas administrativas/operacionais deverão incidir sobre o total da mão-de-obra+insumos e o percentual referente ao lucro, por sua vez, será aplicado sobre o total de mão-de-obra+insumos+despesas administrativas/operacionais.
- 5) Havendo, a suspeita de que o primeiro classificado no certame licitatório tenha apresentado preços inexeqüíveis, poderá a Administração, a qualquer momento, questionar os valores contidos nas rubricas constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme preconiza o § 3º, do Art. 43, da Lei n.º 8.666/93.
- 6) Ao preencher sua Planilha de Custos e Formação de Preços, a empresa o faz tendo em vista melhor informar à Administração quais são seus custos, assumindo desta forma total responsabilidade pelo ali contido, inclusive no tocante às falhas que porventura a mesma venha a apresentar. Diante disto, deverá a empresa contratada promover a correção das possíveis falhas existentes, adequando os demais itens constantes da planilha, de forma que o preço final não se altere, haja vista que foi em função deste que ela sagrou-se vencedora do certame licitatório.

ANEXO III
PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-6580
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/08

DECLARAÇÃO

Declaro, para todos os fins legais, que não tenho em meus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de 16 (dezesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme preceitua o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Rio de Janeiro, de 2008.

Carimbo e assinatura do representante legal da licitante

Razão Social da licitante e CNPJ

ANEXO IV

PROCESSO DE COMPRAS N°RJ-2008-6580

PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/08

TERMO DE REFERÊNCIA – PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em telemarketing, para prestação de serviços de orientação ao investidor, através da instalação e operação de uma central de atendimento.

2. MOTIVAÇÃO

A implantação de um serviço de atendimento a investidores através de uma linha telefônica gratuita (0800) foi criado, em 1997, como uma das iniciativas do PRODIN – Programa de Orientação e Defesa do Investidor, tendo por objetivo facilitar o acesso dos investidores a esta Comissão, através do fornecimento de informações de caráter genérico sobre participantes do mercado, procedimentos a serem seguidos para o acompanhamento da aplicação e apresentação de reclamações junto a esta Comissão.

3. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS

Desde a sua implantação, em 1998, a linha gratuita 0800 já atendeu 483.379 ligações, representando 59,29% dos atendimentos prestados por esta área, no período de 1998 a 2007.

A empresa que será contratada também será responsável pelo atendimento de consultas de caráter básico realizadas por e-mail, que representam 12% do total do atendimento, em igual período.

A necessidade de contratação do serviço se justifica, no intuito de aliviar a sobrecarga de atendimentos realizados pelas Gerências de Orientação a Investidores (“GOI”) desta Comissão que, na presente data, dispõem, tão somente, de 08 técnicos (06 no Rio de Janeiro e 02 em São Paulo) para o atendimento das demais demandas realizadas (pessoal, telefônica, e-mail e processos), cujo atendimento médio anual dos últimos 5 anos foi de aproximadamente 29.000 atendimentos por ano.

Como se evidencia dos números do atendimento, uma eventual paralisação do serviço gerará uma sobrecarga que, em face do atual efetivo, não poderá ser absorvida pelas

GOI's, gerando para o usuário do serviço insatisfação e queda na qualidade do atendimento, o que decerto refletirá na imagem desta Comissão.

Em contrapartida, a transferência de parte dos serviços de atendimento de e-mails que, atualmente, é prestado pelos técnicos das GOI's além de agilizar a prestação das informações aos consulentes, permitirá que os técnicos disponham de mais tempo para o aprofundamento das questões mais complexas que lhes são apresentadas.

4. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

4.1- DO SERVIÇO

- A) A contratada ficará responsável pela implantação de uma central de atendimento para a prestação de serviço de orientação ao investidor, operando em nível nacional através de discagem direta gratuita (“DDG”). Abrangendo os equipamentos e suas respectivas instalações, mobiliário e operação do sistema.
- B) A Central de atendimento deverá estar localizada externamente à CVM, em instalações da contratada ou de terceiros, tendo a possibilidade de transferências de ligações telefônicas para os técnicos da CVM, lotados na sede (Rio de Janeiro).
- C) O serviço será realizado de segunda-feira à sexta-feira, das 8h00min. às 20h00min., abrangendo o atendimento a consultas telefônicas, caráter genérico, e a mensagens eletrônicas, previamente aprovadas pela CVM, efetuadas por meio do Serviço de Atendimento ao Investidor.
- D) A prestação do serviço deverá ser realizada pelo quantitativo necessário para o seu exercício a critério da Contratada, trabalhando em turnos de 6 horas, com Supervisão e com a utilização de sistema a ser disponibilizado pela CVM em sua página institucional na internet e arquivo com as perguntas e respostas mais freqüentes, devendo atender, no mínimo a 98% das ligações realizadas por dia.
- E) Os operadores de telemarketing poderão também responder a consultas por escrito, repassadas pela CVM por meio de sistema a ser disponibilizado em seu site institucional, as quais serão processadas como atendimento.

4.2- INFRA-ESTRUTURA

A infra-estrutura de atendimento deverá ser instalada nas dependências da contratada, com fornecimento, instalação e manutenção realizados por sua conta, contendo:

- A) Equipamentos de DAC (Distribuidor Automático de Chamadas), com utilização de aparelho telefônico do tipo head-set.
- B) Quantidade de troncos de entrada e saída, bem como postos de atendimento e supervisão que permitam a realização do serviço pelos operadores.
- C) Mensagem institucional – As ligações em espera deverão receber mensagem institucional enquanto aguardam atendimento.
- D) Equipamento de gravação das ligações – 100% das ligações atendidas deverão ser gravadas, sendo enviadas mensalmente a CVM para fins de auditoria e controle de

qualidade, em meio magnético que permita sua fácil recuperação e localização posterior.

- E)** Microcomputadores – Os microcomputadores utilizados nos postos de atendimento deverão estar ligados na mundial de computadores para acesso à páginas desta Comissão na internet, com velocidade mínima a ser definida que não provoque demora no atendimento, devendo ser aumentada sempre que necessário.
- F)** Cada microcomputador rodará sistema de central de atendimento, o qual deve registrar, para cada chamada, no mínimo, a data e hora da ligação por operador e a origem dos atendimentos telefônicos. Estas informações devem formar um banco de dados que permita obter informações estatísticas sobre a operação da Central, que deverão ser remetidas mensalmente à CVM.
- G)** Caberá a contratada estruturar-se de forma a não interromper o atendimento telefônico e observar o prazo médio de 5 (cinco) dias para a resposta aos e-mails, contados da disponibilização para a Contratada.
- H)** Independentemente da obrigatoriedade do registro dos atendimentos no sistema desta Comissão, ficará a cargo da contratada a apresentação de relatórios diários e mensais que evidenciem os atendimentos por operador, por hora, com a quantidade recebida e atendida, tempo médio de atendimento e totalização dos dados, assim como a apresentação de mapas contendo a origem das ligações por Estado, consolidadas por origem, assunto e quantidade de ocorrência, sem prejuízo de outros relatórios que esta CVM venha a solicitar.
- I)** Será de responsabilidade da contratada o fornecimento de linhas telefônicas privadas ou a ligação de seu PABX ao da CVM, de modo a permitir que até 3 (três) ligações possam ser transferidas simultaneamente para a sede da CVM.
- J)** O serviço DDG será providenciado pela contratada, cabendo à CVM o seu reembolso.

4.3- RECURSOS HUMANOS

- A)** Os recursos humanos a serem alocados nas posições de operação e supervisão serão contratados, capacitados e treinados para o atendimento pela contratada, com recursos materiais e equipamentos próprios, bem como com contrato de trabalho assinado, em respectiva carteira de trabalho, durante a vigência do contrato.
- B)** Caberá a CVM, em conjunto com a contratada, efetuar o treinamento específico, no que se refere ao universo de informações a serem prestadas aos investidores.
- C)** Os operadores e supervisores deverão ter ou estar cursando nível superior, preferencialmente, em Economia, Administração, Direito ou Ciências Contábeis, tendo boa dicção e redação, sendo capacitados para a postura de atendimento, mediante instruções específicas para esse fim, a serem ministradas pela contratada.
- D)** Os empregados que estiverem designados para os serviços terão vínculo empregatício, exclusivamente, com a contratada, que será, também, a única responsável pelo pagamento de seus empregados e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor.

- E) Para o pagamento da fatura por esta CVM, decorrente do serviço prestado, será exigida a documentação, a ser pactuada, que comprove a disponibilização exclusiva dos recursos humanos contratados nos moldes exigidos para a prestação do serviço, em conformidade com os horários previstos neste edital, sendo obrigatória a apresentação de demonstrativo de frequência realizado por meio eletrônico.

5. VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

O valor mensal estimado para a contratação dos serviços é de R\$ 26.920,00 (vinte e seis mil, novecentos e vinte reais), perfazendo um total de R\$ 323.040,00 (trezentos e vinte e três mil e quarenta reais), pelo período de 12(doze) meses.